
CRÍTICA À CONCEPÇÃO EMPRESARIAL DE EDUCAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

CRÍTICA A LA CONCEPCIÓN EMPRESARIAL DE EDUCACIÓN: UN APORTE DE LA PEDAGOGÍA HISTÓRICO CRÍTICA

ON A CRITIQUE OF THE BUSINESS UNDERSTANDING OF EDUCATION: A CONTRIBUTION OF THE HISTORICAL-CRITICAL PEDAGOGY

André Silva Martins¹

Leonardo Docena Pina²

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar as formulações da classe empresarial sobre administração escolar e trabalho educativo na educação básica. A análise, fundamentada na pedagogia histórico-crítica, a partir de pesquisa documental, evidencia que o projeto pedagógico da classe empresarial subordina trabalho educativo e administração escolar a preceitos que visam controlar/restringir a escola pública como instituição responsável por assegurar o acesso às formas mais desenvolvidas do saber sistematizado. Diante da necessidade de articular a escola aos interesses dos trabalhadores, defende a permanente análise das formulações que se opõem ao desenvolvimento da perspectiva contra hegemônica de educação.

Palavras-chave: Empresários; educação; trabalho educativo; administração escolar.

Resumen El artículo tiene como objetivo analizar las formulaciones de la clase empresarial sobre administración escolar y trabajo docente en la educación básica. El análisis, fundamentado en la pedagogía histórico crítica desde una investigación documental, evidencia que el proyecto pedagógico de la clase empresarial subordina trabajo educativo y administración escolar a preceptos que buscan controlar/restringir la escuela pública como institución responsable por garantizar el acceso a las formas más desarrolladas del saber sistematizado. Ante la necesidad de articular la escuela a los intereses de los trabajadores, defiende el análisis permanente de las formulaciones que se oponen al desarrollo de la perspectiva contra hegemónica de educación.

Palabras clave: Empresários; educación; trabajo educativo; administración escolar.

Abstract: We aim at analyzing the business groups' formulations about school administration and teaching work in basic education. The analysis, which is based on the historical-critical pedagogy through document research, provides evidence of the pedagogical project of the business class, which subordinates educational work and school administration to conceptions that aim at controlling/restricting the public school sphere as the one that is in charge of securing access to more developed forms of systematized knowledge. Considering the necessity of articulating the school with workers' interests, we support the permanent analysis of the formulations that oppose to the development of the counter-hegemonic perspective of education.

Keywords: Businessmen; education; educational work; school administration.

Introdução

Este texto integra os esforços realizados para a construção coletiva da pedagogia histórico-crítica. Segundo Duarte (2005), os educadores comprometidos com o desenvolvimento dessa perspectiva

têm produzido duas vertentes de estudos, a saber: (a) os que adotam como objetivo o aprofundamento dos fundamentos da concepção marxista de educação elaborada por Saviani; (b) os que analisam as teorias e fundamentos educativos contemporâneos que, além de ir contra a pedagogia histórico-crítica, expressam, no campo da educação escolar, os interesses da classe dominante. É exatamente na segunda linha de estudo que o presente artigo se enquadra.

Nosso objetivo é tratar o projeto da classe empresarial para a educação escolar. Pode-se dizer que o objetivo do estudo se concentra na análise da concepção empresarial de administração escolar e trabalho educativo, considerando os efeitos na política educacional. Para tanto, recorreremos a publicações impressas e digitais produzidas por pessoas e organizações dessa classe.

Resultado de pesquisas realizadas em nosso grupo de investigação, este texto se divide em três partes. Na primeira, discute-se por que é importante analisar o projeto da classe empresarial para a educação escolar. Na segunda, aborda-se o conceito de classes sociais para tratar do empresariado e sua ideologia. Na terceira parte; analisa-se a concepção de trabalho educativo e administração escolar defendidos pela classe empresarial, tendo como referência os pressupostos da pedagogia histórico-crítica. Nas considerações finais, apresenta-se um balanço do significado de tais formulações para a educação pública.

Por que é importante analisar o projeto empresarial para a educação escolar?

Dar resposta ao questionamento que intitula esta seção nos remete à relação entre trabalho educativo e luta de classes. O trabalho educativo foi definido por Saviani (2005b) como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Uma atividade intencional com natureza e conteúdo social específico, vinculado à formação humana e, de modo mais amplo, à produção da existência de toda sociedade.

Saviani (2007) explica que os seres humanos necessitam construir permanentemente as suas condições de existência, pois, diferente dos animais que apenas se adaptam à natureza, os humanos têm de transformá-la, adaptando-a às suas necessidades. Para tanto, o homem ultrapassa o plano imediato de sua determinação biológica e produz cultura por meio de uma atividade exclusivamente humana, denominada por Marx (2013) de trabalho, cujo resultado implica não só a transformação da natureza, mas, também, a transformação do próprio ser que o realiza.

Tendo em vista que os seres humanos transformam a natureza e a si mesmos mediante o uso de instrumentos culturalmente determinados, pode-se dizer que as novas gerações precisam ser educadas, isto é, necessitam se formar enquanto seres humanos, de modo que se apropriem das produções culturais que lhes permitam produzir sua existência na etapa histórica da qual fazem parte. Assim, explica Saviani (2013, p. 80): “a totalidade das objetivações humanas que resultaram de todo o processo histórico desenvolvido pela humanidade, não sendo herdada, deve ser apropriada pelo homem. E esse processo de apropriação é o que se denomina educação”.

Nas comunidades primitivas, a educação se realizava como decorrência imediata da produção, ou seja, “os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar, trabalhando” (SAVIANI, 2013, p. 79). Contudo, com as mudanças nas relações sociais e desenvolvimento das forças produtivas, as exigências formativas foram alteradas, exigindo requisitos prévios para a produção da existência. Principalmente na sociedade capitalista, a educação foi sendo desvinculada do plano imediato da produção para assumir características e exigências específicas. Passou a cumprir uma função socializadora, assegurando uma base comum necessária à vida moderna. No entanto, por se tratar de uma sociedade de classes, a escola cumpriu também uma função de diferenciação social, preparando os sujeitos a partir da origem social e das expectativas de papéis a serem desempenhados. Sua generalização, mesmo pelo corte de classes, corresponde ao reconhecimento – ainda que contraditório – de que, para estar no mundo e produzir a existência, tornou-se indispensável o domínio de certos códigos culturais. É o que explica Saviani (2007, p. 158):

Nela [sociedade capitalista], o eixo do processo produtivo desloca-se do campo para a cidade e da agricultura para a indústria, que converte o saber de potência intelectual em potência material. E a estrutura da sociedade deixa de fundar-se em laços naturais para pautar-se por laços propriamente sociais, isto é, produzidos pelos próprios homens. Trata-se da sociedade contratual, cuja base é o direito positivo e não mais o direito natural ou consuetudinário. Com isso, o domínio de uma cultura intelectual, cujo componente mais elementar é o alfabeto, impõe-se como exigência generalizada a todos os membros da sociedade. E a escola, sendo o instrumento por excelência para viabilizar o acesso a esse tipo de cultura, é erigida na forma principal, dominante e generalizada de educação.

Considerando que, na sociedade moderna, o conhecimento sistematizado se constitui como força produtiva e instrumento potencial para compreensão das relações sociais, a classe burguesa vem estabelecendo formas de controle do saber, concebendo-o como propriedade exclusiva de sua classe. Assim, o trabalho educativo vem sendo orientado por concepções que visam distanciar o conhecimento das necessidades humanas reais, sugerindo que o domínio amplo do saber seria supérfluo às massas em função de suas necessidades imediatas de vida.

Frente à necessidade de se opor a essa perspectiva, Saviani (2005a, p. 257) afirma que “o desafio posto pela sociedade de classes de tipo capitalista à educação pública só poderá ser enfrentado em sentido próprio, isto é, radicalmente, com a superação dessa forma sociedade”. Nessa perspectiva, cabe à escola centrar-se na transmissão das formas mais desenvolvidas do conhecimento sistematizado, uma vez que “O papel da educação escolar na luta pelo socialismo define-se pela importância do conhecimento na luta contra o capital e na busca da formação plena do ser humano” (DUARTE, 2012, p. 153).

Feitas essas considerações, podemos afirmar que a importância de analisarmos o projeto empresarial para a educação escolar se vincula à necessidade de desobscurecer as tergiversações contemporâneas que criam obstáculos à consecução do objetivo a que se propõe a perspectiva histórico-crítica de educação. Como a batalha de ideias sobre a educação escolar vem sendo marcada pela elevação do nível de consciência política coletiva do empresariado, faz-se necessário compreender suas concepções e ações, de modo a fortalecermos a luta contra as perspectivas conservadoras de formação humana.

Classe social como categoria

Diante da complexidade das relações sociais capitalistas, a interpretação dos fenômenos que a constituem deve ultrapassar o plano das formas aparentes das manifestações, uma vez que não há relação imediata entre aparência e essência; se isso ocorresse, a ciência seria dispensável (MARX, 1974).

Nessa linha, a partir de Marx (1974), Gramsci (1999) e Thompson (1987), verificamos que o fenômeno classes sociais, embora tratado como forma de estratificação social ou como coisa rígida, significa processo e relação, algo mais complexo do que as aparências revelam. Isso significa que os aspectos econômicos, embora significativos, são insuficientes para permitir a compreensão das classes; da mesma forma, os aspectos políticos *per se* também não revelam a complexidade das classes. Os esquemas do economicismo e do politicismo não são capazes explicar a complexidade do fenômeno em questão.

O conceito gramsciano de bloco histórico permite ultrapassar o plano das simplificações e dos esquematismos no tratamento das classes. Segundo Gramsci (2000), entre economia e política há uma indissociabilidade e que a separação só é possível para efeitos didáticos. Nesse sentido, aquilo que teoricamente definimos como economia é carregada de política e vice-versa. Tal indissociabilidade foi recorrentemente afirmada por Marx pela expressão economia política; a cisão é fruto do liberalismo (WOOD, 2003).

O fenômeno classes sociais se constitui na história, envolvendo processo e mudança. Tomado como conceito, o constructo possibilita, pelas mediações, reproduzir teoricamente as tensões que constituem as relações de produção da vida e permite explicar os processos de dominação/exploração e as práticas educativas vinculadas a tal processo.

Os integrantes das classes vivem certas condições de classe. Dependendo das relações de poder instituídas, tais seres humanos não só vivem a condição imediata da experiência como também conseguem compreender as relações que os constituem e os cerca. Nesse caso, podem passar da condição de “classe em si” para “classe para si” (MARX, 1978). É com base na experiência que as classes se formam e podem elevar a consciência coletiva para produzirem projetos estratégicos.

Com base nesse referencial e analisando as relações de poder contemporâneas, Martins (2009) identificou que a classe empresarial no Brasil se reorganizou e atualizou seus projetos ao longo dos anos de 1990. Uma importante fração da classe passou a dar atenção à “questão social” a partir da ideologia da responsabilidade social. Atuando diretamente na “questão social” ou influenciando de forma inovadora as políticas sociais, passou, nos anos 2000, a produzir formulações inovadoras para educar o consenso e preparar a força de trabalho para as exigências contemporâneas da sociedade capitalista.

A renovação da classe no processo histórico significou o reconhecimento de que o lucro, portanto, a exploração, não poder elidir a formação técnico-científica e ético-política dos trabalhadores. Por esse motivo, a classe passou a atuar, de modo inteiramente novo, em temas que, até então, não priorizava, a exemplo da educação básica. Nos anos 2000, o número de organismos empresariais que atuam na escola pública cresceu e se diversificou. De ações localizadas à influência na política de educação do país, a classe demonstra sua força política.

O projeto da classe empresarial para a educação: trabalho educativo e administração escolar em questão

A defesa dos empresários pela escola pública é, no plano geral, uma estratégia para manter a hegemonia na sociedade brasileira. Especificamente, significa a tentativa de assegurar a formação dos trabalhadores baseada na standardização moral e intelectual, portanto, centrada na restrição ao acesso das formas mais desenvolvidas do conhecimento sistematizado. Assim, buscam garantir que a economia política do capital se mantenha sobre a economia política do trabalho neste início de século.

Diante da abrangência das formulações empresariais para a educação, elegemos dois temas para análise: trabalho educativo e administração escolar. A relação entre os temas pode ser apreendida pela forma como a classe defende a divisão técnica do trabalho na educação. Trata-se de uma atualização da histórica divisão ordenada em três níveis. No mais alto, estaria o núcleo estratégico formado por formuladores que são os responsáveis por elaborar diretrizes curriculares, métodos de ensino, instrumentos de avaliação da aprendizagem e os parâmetros de qualidade da educação. No nível intermediário se encontrariam os diretores de escolas e coordenadores pedagógicos, convertidos em líderes de equipe ou gerentes. Possuem a missão de assegurar que os princípios definidos pelos formuladores sejam aplicados na escola. No nível mais elementar, estariam os professores, responsáveis por executar as formulações produzidas pelo núcleo estratégico, sob a coordenação do nível intermediário. Mais do que ordenar os níveis de especialização do trabalho, tal divisão afirma como necessária a hierarquia e a subordinação ao nível mais alto, a partir de parâmetros atualizados em nome da melhoria da qualidade na educação.

Para a classe empresarial, a hierarquização é possível porque o trabalho educativo é concebido como algo antagônico ao que defende a pedagogia histórico-crítica. Traduzindo a visão da Fundação Lemann, Melo (2010) afirma que, para valorizar o trabalho educativo, o professor não deveria planejar as atividades docentes. Sua energia precisaria ser direcionada para a execução do planejamento e atendimento das necessidades de aprendizagem dos estudantes. Essa intelectual considera que a autonomia do professor seria ampliada se ele fosse desobrigado das exigências atuais para se concentrar em procedimentos técnicos do trabalho. As orientações da Fundação Lemann (2012) traduzidas no curso “técnicas didáticas” são exemplares para ilustrar essa concepção. Numa linha muito próxima, encontram-se as formulações da Fundação Vale/CEDAC (2002).

Nessa perspectiva, os professores deixam de conceber seu próprio trabalho para apenas o executarem. Trata-se de uma tentativa de reduzir a autonomia dos professores em nome de uma suposta qualidade educacional. Podemos dizer que a proposta empresarial corresponde à transmutação do trabalho educativo de uma atividade de tipo artesanal (dado o maior controle sobre o processo e o maior domínio do conhecimento) à atividade de tipo industrial (dada a expropriação do conhecimento dos trabalhadores e o maior controle externo sobre o processo e produto de trabalho).

Outro elemento do projeto empresarial que incide sobre o professor diz respeito à finalidade do trabalho educativo. As organizações empresariais entendem que a escola pública deve formar para os

desafios do que denomina de “sociedade do conhecimento” e “economia do conhecimento”. Isso significa desenvolver as chamadas “competências” consideradas úteis para que os alunos possam ser integrados ao mundo contemporâneo de forma produtiva e empreendedora. Para tanto, o professor deveria ensinar a partir das pedagogias do “aprender a aprender” como definido no projeto hegemônico de educação, distanciando o conhecimento sistematizado das necessidades humanas reais, oferecendo às massas trabalhadoras uma escolarização funcional às relações sociais capitalistas.

Novamente, a proposta da Fundação Lemann é exemplar. Para essa organização, o ensino deve se distanciar das ideologias (visões de mundo) para padronizar o processo de trabalho e a formação dos alunos a partir de conhecimentos considerados úteis. Evidência disso é a difusão do manual *Aula Nota 10 – 49 técnicas para ser um professor bom de audiência* (LEMOV, 2011) realizada pela Fundação. Por meio dele, sugere-se que o bom ensino é estruturado com técnicas universais testadas e aprovadas por “especialistas”.

Avaliamos que suas orientações reduzem o trabalho educativo de atividade criadora destinada à socialização do saber sistematizado à treinamento de competências e habilidades consideradas funcionais, reduzindo a função social da escola.

Em relação à formação para os desafios do mundo atual, alguns organismos ressaltam o vínculo imediato entre educação e economia como proposto pela teoria do capital humano. A formulação da Confederação Nacional da Indústria é clara nesse sentido: “A educação é uma das vertentes fundamentais para o crescimento da economia” (CNI, 2007, p. 1). Apontando que a capacitação do trabalhador seria um obstáculo ao uso de tecnologias e práticas inovadoras, caberia ao trabalho educativo promover o “capital humano” desses sujeitos, preparando-os para a nova realidade. E mais: para potencializar as competências, caberia aos professores promover o “capital social”. Na verdade, essa proposição busca reordenar o trabalho educativo para desenvolver a racionalidade instrumental dos estudantes nos aspectos técnico-científicos e ético-políticos.

A análise desses aspectos revela que as formulações da classe empresarial se vinculam à reorganização do trabalho educativo a partir das noções de produtividade e controle. No mundo dos negócios, a produtividade é mensurada levando-se em conta, basicamente, a redução de tempo e custo da produção, combinados com manutenção ou elevação da “qualidade” do produto ou serviço final. Nessa perspectiva, é mais eficiente a empresa que obtém taxa de retorno mais elevada e rápida frente aos investimentos na produção. Por sua vez, o controle é um procedimento gerencial para assegurar que haja uma sinergia entre metas e procedimentos de produção. Trata-se de uma forma de fiscalizar o processo para assegurar a qualidade do produto final. Aplicada à educação, essas noções se destinam à tentativa de medir o rendimento e funcionalidade da educação escolar, tendo em vista os investimentos realizados e objetivos traçados. Assim, considera-se mais eficiente a estrutura educacional que cumpre metas com baixos investimentos. O incremento da eficiência educacional demandaria maior controle sobre o trabalho educativo para promoção do ensino chamado de eficaz.

Sendo assim, o corolário das proposições empresariais para o trabalho educativo é a certificação de competências dos professores. Corresponderia a uma forma de atestar previamente o potencial de eficácia desse trabalho. Ao analisar essa proposição, que também é defendida pelo Banco Mundial,

Shiroma e Schneider (2008) revelam que a certificação de professores expressa a tentativa de responsabilizar diretamente o professor pelo sucesso ou fracasso da educação pública, isentando as funções do Estado de responsabilidades sobre a formação e valorização do professor. Trata-se, segundo as autoras, de uma proposta inspirada na regras de mercado, pautada na noção de competência individual. Daí a tentativa de reorientar o trabalho educativo.

A reorientação do trabalho educativo defendida pelas organizações empresariais visa assegurar que o professor passe a contribuir de modo efetivo para organizar a cultura dominante a partir da educação escolar, assumindo o papel de intelectual orgânico da classe empresarial. Para tanto, busca alterar aspectos específicos do trabalho educativo para torná-lo funcional à concepção hegemônica de sociedade.

Considerando o modelo de divisão técnica do trabalho, além de reorientar o trabalho educativo, a classe empresarial propõe também a atualização do modelo de administração escolar e, a partir dele, o papel dos diretores e coordenadores escolares. O preceito geral é ordenar a instituição escolar pública como organização regida por preceitos consagrados no “mundo dos negócios”. Trata-se de afirmar a escola como unidade gerencial orientada pelas regras da competição e da eficiência. A transposição do modelo de administração empresarial para a escola, baseado na ideia de que essa instituição é uma empresa, não se constitui como um fato novo, mas como atualização, cuja inovação está nas ideias que sustentam o enunciado.

Entre os aspectos que compõem a concepção de administração escolar empresarial, elencamos dois. O primeiro se refere ao princípio da “otimização da gestão”, o que significa produzir mais com menos recursos. Trata-se de aumentar a produtividade sem elevação dos investimentos públicos. Isso significa que a administração escolar deve potencializar ao máximo a produtividade do trabalho educativo e o uso eficiente dos recursos existentes, considerando que o problema da educação brasileira é de gestão e não de financiamento.

Essa posição é facilmente identificada nos documentos e formulações de vários organismos empresariais. O organismo Todos pela Educação, por exemplo, defende que 5% do Produto Interno Bruto (PIB), se bem geridos, são suficientes para promover a educação de qualidade. É contrário à elevação substantiva dos investimentos por conceber que melhorando os procedimentos de gestão é possível fazer mais e melhor. Tal posição ficou clara na tramitação do projeto de Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional (MARTINS, 2013) e pode ser verificada na página eletrônica da entidade³.

O modelo gerencial proposto prevê que os administradores da educação devem otimizar o uso dos recursos, concentrando-os para a obtenção de bons resultados. Especificamente em relação à escola, cabe ao diretor obter recursos extras, por meio de parcerias com empresas ou com a comunidade do entorno, para realização do projeto político-pedagógico da escola. Cabe aos secretários estaduais e municipais de educação incentivá-los nessa ação. Essa ideia foi incluída no Decreto Presidencial nº 6.094/2007 como uma das diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. A formulação do organismo Grupo de Líderes Empresariais (s. d.) reforça essa posição, defendendo que os servidores públicos na educação (e saúde) devem cumprir rigorosas metas de produtividade

De fato, não existe uma relação mecânica entre financiamento e qualidade educacional, mas justificar que bastaria aos administradores escolares a adoção de posturas inovadoras e metas de produtividade para solucionar os históricos problemas estruturais da educação brasileira, como propõe o Todos pela Educação e o Grupo de Líderes Empresariais, por exemplo, significa manter os velhos obstáculos ao projeto de escola pública defendido pela pedagogia histórico-crítica.

O segundo aspecto da administração escolar se relaciona ao princípio da “responsabilização pelos resultados e meritocracia”. Trata-se de atribuir ao diretor escolar e coordenação pedagógica maiores responsabilidades pelo sucesso ou fracasso de suas ações, incluindo o desempenho de seus “subordinados” – os professores.

Nessa linha, a Fundação Itaú Social (GALL; GUEDES, [20--]) defende que diretores devem firmar contratos de gestão, uma espécie de plano de produtividade, com órgãos locais de educação, devendo ser cobrados pelos resultados pactuados. Para tal organismo, tratar-se-ia de adotar uma profissionalização da gestão dentro do que há de mais moderno no “mundo dos negócios”. O principal argumento é que as escolas precisam ter mais autonomia para que seus diretores e coordenadores possam tomar medidas consideradas necessárias para melhorar a “qualidade” das escolas, incluindo a liberdade para demitir e contratar pessoal. Os resultados das avaliações externas são apontados como um dos principais critérios para medir a eficiência da gestão escolar, pois a ação do diretor e coordenadores deve estar focada no atendimento das necessidades de aprendizagem dos alunos. A responsabilização dos diretores e coordenadores, propõe a organização, deveria ser acompanhada também de sanções para incentivar o cumprimento de metas.

Observamos que a autonomia não é concebida como princípio, mas como recurso de administração gerencial, algo que recupera o mito da neutralidade da educação e da ação humana para justificar a despolitização da administração escolar e sua suposta desvinculação da totalidade.

Se considerarmos que o trabalho dos diretores e coordenadores se vincula a uma das dimensões do trabalho educativo, podemos verificar que tais medidas significam uma sensível redefinição da função da escola por meio da atividade de seus sujeitos.

Considerações finais

As formulações empresariais para a educação escolar na atualidade comprometem a natureza e especificidade do trabalho educativo e subordinam a administração da escola pública aos princípios da organização empresarial para afirmar a centralidade de seu projeto hegemônico de sociedade e educação.

Diante disso, julgamos que a pedagogia histórico-crítica se apresenta como importante referencial teórico para a análise crítica do projeto empresarial de educação.

Apesar dos limites deste trabalho, esperamos que a discussão desenvolvida fomenta o debate e outras análises sobre as atuais estratégias da classe empresarial na educação básica. Esperamos também que o texto contribua para a construção permanente da pedagogia histórico-crítica na perspectiva da

superação dos projetos que se opõem à transmissão das formas mais desenvolvidas do conhecimento sistematizado.

Referências:

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Educação para a nova indústria*. Brasília: CNI, 2007.
- DUARTE, N. Luta de classes, educação e revolução. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. (Orgs.). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012.
- _____. Por que é necessário uma análise crítica do construtivismo? In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 203-221.
- FUNDAÇÃO LEMANN. *Relatório de Atividades 2011*. São Paulo: Fundação Lemann, 2012.
- FUNDAÇÃO VALE; CEDAC. *Programa Escola que Vale*. Formação de Professores. São Paulo: CEDAC, 2002.
- GALL, N.; GUEDES, P. M. *A reforma educacional de Nova York: possibilidades para o Brasil*. São Paulo: Fundação Itau Social, [20--].
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.
- GRUPO DE LÍDERES EMPRESARIAIS. *Agenda do avanço acelerado*. 13º Fórum de Camandatuva. Grupo de Líderes Empresariais, s.d.
- LEMOV, D. *Aula nota 10: 49 técnicas para ser um professor campeão de audiência*. São Paulo: Da Boa Prosa/Fundação Lemann, 2011.
- MARTINS, A. S. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.
- _____. Classe empresarial e o Plano Nacional de Educação: uma análise sobre o processo ainda em curso. In: SILVA, A. F. da; RODRIGUES, M. M. (Org.). *Novo Plano Nacional de Educação (PNE): debates e tensões*. Campina Grande: Editora da UFCG, 2013. p. 74-106.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- _____. *A miséria da filosofia*. Lisboa: Estampa, 1978.
- MELO, G. N de. *Como um bom sistema de ensino pode melhorar o aprendizado*. Entrevista concedida à Camila Pereira em seminário da Fundação Lemann. 04 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=5QEK5-cPIQ>>. Acesso em: 24 out. 2014.
- SAVIANI, D. *Aberturas para a história da educação: do debate teórico-epistemológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2013.
- _____. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados, 2005a. p. 224-274.
- _____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005b.
- _____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.
- SHIROMA, E. O.; SCHNEIDER, M. C. Certificação e gestão de professores. *Temas e Matizes*, Cascavel, n. 13, p. 39-48, 2008.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Notas:

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integra o Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da UFJF e coordena o Coletivo de Estudos sobre Política Educacional. E-mail: andre.martins@ufjf.edu.br.

² Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista CAPES. Integra o Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da UFJF. E-mail: leodocena@yahoo.com.br.

³ Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-metas#>>. Acesso em: 27 set. 2014.

Recebido em: 10/2014

Publicado em: 05/2015.